■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

Pregão nº 42022 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Item: 1 - Manutenção / Reforma Predial

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Valor Máximo Aceitável: R\$ 2.000.000,0000

Sessões: Atual

Sessão nº 1 (Atual)

CNPJ/CPF: 11.724.406/0001-33 - Razão Social/Nome: WN CONSTRUTORA EIRELI

- Intenção de Recurso

- Recurso

- Contrarrazão do Fornecedor: 13.245.525/0001-39 - GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI

CNPJ/CPF: 22.561.863/0001-70 - Razão Social/Nome: MULTPAR SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA

- Intenção de Recurso

- Recurso

- Contrarrazão do Fornecedor: 13.245.525/0001-39 - GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI

Fechar

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Temos a intenção de registrar recurso contra a inabilitação da empresa WN CONSTRUTORA EIRELI do CNPJ: 11.724.406/0001-33, conforme rege as leis da licitação.

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

Pregão Eletrônico nº. 04/2022
Processo nº. 23855.001083/2022-61

WN CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 11.724.406/0001-33, com sede na Rua Alcides Freitas, nº. 3175, Sala 03, Porenquanto, Teresina-PI, CEP 64.003-080, neste ato representada por seu representante legal WALDENES PEREIRA DE SOUSA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 422.367 SSP-PI e CPF 337.247.923-87, com endereço profissional na Rua Alcides Freitas, nº. 3175, Sala 03, Porenquanto, Teresina-PI, CEP 64.003-080, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar, com fulcro no artigo 4º do da Lei 10.520/2002 apresentar:

RECURSO

Contra a Decisão que a declarou inabilitada, de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados:

I – DA TEMPESTIVIDADE DAS RAZÕES RECURSAIS:

Vejamos, primeiramente, o que diz o artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Observa-se pela movimentação do sistema, que a parte recorrente apresentou as intenções do recurso e o prazo final para apresentação das razões recursais é dia 14.11.2022.

Evidente, portanto, que o recurso apresentado é tempestivo, devendo, por isso, ser recebido e processado.

II – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO:

O recurso na esfera administrativa é perfeitamente admissível, em especial quando presentes os pressupostos objetivos, que são: existência de norma prevendo o recurso; tempestividade e cumprimento de determinadas formalidades previstas em lei.

No caso em tela, a tempestividade já foi devidamente comprovada e há, como bem se sabe, previsão legal para interposição de recurso.

Quanto às formalidades previstas em lei, indispensável afirmar que o pregão exige que o licitante apresente a intenção de interposição de recurso.

Considerando que os pressupostos acima foram preenchidos pelo licitante recorrente, deve, o presente recurso, ser recebido e processado, ressaltando, que, segundo Jair Eduardo Santa, na obra intitulada "Pregão Presencial e Eletrônico. Sistema de Registro de Preços", a irrevogação do licitante "pode alcançar todas as decisões praticadas pelo pregoeiro no tocante à "classificação da proposta, ao julgamento dessa proposta, à aceitação de lances e valor final, habilitação e qualquer outra matéria que desfrute de status dessa estirpe".

Dito isto, será demonstrado nos próximos itens que a inabilitação da empresa recorrente feriu os princípios que regem o processo licitatório, prejudicando, desta forma, não apenas a administração pública, mas toda a coletividade, que terá que suportar ônus infinitamente superior pela não contratação da recorrente.

III – DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS:

A. DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCESSO LICITATÓRIO:

Feitas as considerações acima, importante dizer que embora o Edital seja considerado a lei do processo licitatório, ele não pode se colocar contra as determinações legais, contra o texto da Lei e nem contra a jurisprudência consolidada no âmbito dos tribunais de justiça e tribunais federais e nem nos de contas.

Necessário dizer que a administração ao lançar um edital deve seguir o que determinam as normas gerais e específicas, em especial, no que tange a livre concorrência. Ou seja, a administração não pode, a seu critério, criar normas que restrinjam a participação dos interessados no processo licitatório. Não pode prejudicar a concorrência que deve vigorar nas licitações.

A administração também não pode, após o início do processo licitatório, modificar as regras no curso da licitação, criando exigências restritivas ou de exclusão, pois tais regras, diga-se, ilícitas, ferem de morte os princípios licitatórios, podendo causar, inclusive, a nulidade de todo o processo.

Para que não restem dúvidas, vejamos alguns dos princípios que devem ser aplicados ao Pregão: indisponibilidade do interesse público, licitação, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade ou isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, competitividade, formalidade, eficiência, maior vantagem, justo preço, melhor menor preço, celeridade e transparência.

Dito isto, deve-se passar, agora, a análise da inabilitação da empresa recorrente, demonstrando, assim, quais princípios e normas foram desrespeitados pela administração ao inabilitar a recorrente.

B. DA INDEVIDA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE:

Pela análise do processo licitatório é possível perceber que a recorrente foi a licitante que apresentou melhor proposta, tendo, por isso, se classificado em primeiro lugar no pregão ora atacado.

Devidamente classificada, o pregoeiro deu início a análise dos documentos, isto é, julgamento da habilitação, momento em que solicitou o envio de documentos complementares e explicações da recorrente, dando o prazo de duas horas para a parte cumprir as diligências.

A recorrente solicitou prorrogação de prazo, mas teve seu pedido indeferido.

O certo é que após o cumprimento da diligência pela recorrente, o pregoeiro informou que a recorrente estava inabilitada por não ter preenchido os requisitos do item 9.11.4 e seguintes do edital.

Entendeu o pregoeiro que a recorrente ainda tentou apresentar novos documentos, mas que tal possibilidade não é "admissível para a formalidade do certame".

Dito isto, de suma importância dizer, primeiro, que o pregoeiro errou ao afirmar que é inadmissível a juntada dos documentos apresentados pela recorrente.

A legislação, como será visto adiante, permite a juntada de documentos em momento posterior. Principalmente, porque eles não alteram a proposta apresentada.

O artigo 43, § 3º da Lei 8.666/93, por exemplo, afasta o formalismo da lei e confere um poder-dever a Comissão de Licitações, permitindo que ela diligencie neste sentido, isto é, que realize o saneamento do processo licitatório.

Marçal Justen Filho, em sua obra intitulada Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, Dialética, p. 599, diz:

Qual a extensão da diligência? A Lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduz numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior.

O decreto 10.024/2019, da mesma forma, permite o saneamento da proposta e da habilitação. Vejamos:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

É evidente, por todo o exposto, que pode a parte juntar documentos no momento posterior, em especial, por não haver a alteração da proposta.

Frise, por oportuno, que os documentos apresentados pela recorrente não alteraram a proposta. Mas, tão somente, comprovam que ela preenche os requisitos de edital, possuindo, é bom dizer, mais de 3 (três) anos de experiência, conforme estabelecido no item 9.11.4 e seguintes do edital.

Observa-se pela documentação que segue em anexo (e que não altera a proposta, mas apenas completa as informações já apresentadas) que a empresa possui vasta experiência no objeto licitado, já tendo prestado serviços para Prefeitura de Teresina-PI/SEMEC (12 meses), Hospital Universitário (12 meses), Exército Brasileiro (12 meses + 7 meses e 1 dias + 5 meses).

Observa-se pelos contratos anexados neste recurso que eles apenas comprovam a experiência da empresa já demonstrada nos atestados juntados inicialmente.

Logo, comprovado que possui vasta experiência e que atende os requisitos do edital (9.11.4.3), nada mais justo e lícito que reformar a decisão para habilitar a recorrente e declará-la vencedora do certame, sendo válido ressaltar, ainda, que ela foi quem fez a melhor proposta, o que proporcionará economia aos cofres públicos.

Feitas estas considerações, importante dizer que se Pregoeiro mantiver seu entendimento, isto é, que não pode juntar os documentos que seguem em anexo, deve anular os atos praticados a partir da notificação para empresa cumprir diligências no prazo de 2h.

O prazo dado é contrário a legislação que rege o pregão eletrônico. O prazo dado viola o direito ao saneamento válido do processo.

Pela análise do parágrafo único do artigo 47 do Decreto 10.024, o prazo para o cumprimento das diligências deve ser de 24 (vinte e quatro) horas e não duas horas como o concedido pelo Pregoeiro.

É importante dizer que o caso em tela se enquadra perfeitamente na descrição da legislação supracitada.

Isto é, houve a necessidade de sanear o processo em virtude da fase de habilitação, as exigências demandavam bastante tempo e solicitações a órgãos públicos.

Logo, o prazo não poderia ser de duas horas. Mas sim de vinte e quatro horas.

Além da ilicitude praticada acima, importante dizer que a empresa, percebendo o cerceamento de seus direitos, pediu prorrogação de prazo, mas tal pedido foi indeferido.

E pasme, sem qualquer motivação/fundamentação, o que fere, sem sombra de dúvidas, os princípios que regem o Direito Administrativo e o Processo Licitatório, já que, todos os atos da Administração devem ser motivados.

Observa-se pela análise do chat que o Pregoeiro se ateve somente a afirmar que a solicitação de prorrogação de prazo não seria acatada.

Mas por que a solicitação não foi acatada? Em qual dispositivo de lei o Pregoeiro se baseou para indeferir o pedido da parte? Em que o pedido da parte prejudicaria o andamento do processo licitatório? Em que o pedido da parte prejudicaria a economia aos cofres públicos?

Podemos afirmar: a prorrogação do prazo requerido pela recorrente em nada prejudicaria o processo licitatório.

É evidente, por todo o exposto, que a decisão foi infundada e prejudicou os direitos da recorrente.

Prejudicou, é bom dizer, a própria Administração Pública, que deixará, caso não haja a modificação da decisão, de contratar empresa com vasta experiência pelo melhor menor preço.

E o melhor menor preço representa, exatamente, a união de experiência e competência com preço justo.

Válido ressaltar, por fim, que feito o pedido de prorrogação de prazo pela parte recorrente, o pregoeiro tem o poder-dever de conceder o que foi requerido. Embora o edital e/ou a legislação digam que ele pode ou não deferir a prorrogação, tal poder é, na verdade um dever.

E isto ocorre pela natureza das relações administrativas, onde o administrado é hipossuficiente frente a

Administração Pública. Onde vige para o administrado o princípio do informalismo.

Assim, diante de todo o exposto, requer a reforma da decisão atacada para que o Pregoeiro receba a documentação complementar (contratos administrativos) necessária a comprovação da experiência da empresa.

Não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que anule o processo licitatório a partir da determinação para cumprir as diligências solicitadas no prazo de duas horas, pois como dito, o prazo dado é contrário a legislação vigente.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer:

1. O recebimento do presente recurso administrativo em seu efeito suspensivo;
2. O recebimento da documentação que segue em anexo e que devido ao sistema será enviada no e-mail disponibilizado e, por conseguinte, o provimento do presente recurso para reformar a decisão atacada e habilitar a empresa recorrente;
3. Não sendo este o entendimento do Vossa Senhoria, que anule os atos praticados a partir da notificação da empresa para cumprir diligências no prazo de 2 (duas) horas, reabrindo, por conseguinte, prazo de 24h para recorrente cumprir as diligências determinadas;

Termos em que pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 14 de novembro de 2022.

WN CONSTRUTORA ERIRELI
Waldenes Pereira de Sousa
Representante legal
CPF: 337.247.923-87

Voltar

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SR(A). PREGOEIRO(A) E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DELTA DO PARNÁIBA
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref. CONTRARRAZÕES de Recurso administrativo WN CONSTRUTORA EIRELI do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2022

Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 23855.001083/2022-61

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO – GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI

GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.245.525/0001-39, com sede na Rua João Cabral, n.º 2200, Teresina-PI, por seu representante legal in fine assinado, FRANCISCO WÊNIO DE SOUSA RIBEIRO, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da cédula de identidade n.º 2.298.396 SSP-PI e CPF n.º 001.401.363-04, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, apresentar, tempestivamente, CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO perante essa distinta administração face ao Recurso Administrativo interposto por WN CONSTRUTORA EIRELI, devidamente qualificada no instrumento juntado ao processo em eígrafe. Senão vejamos os fatos e fundamentos jurídicos aduzidos a seguir:

I - DAS RAZÕES DE RECURSO APRESENTADAS PELA EMPRESA MULTIPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA:

A empresa eliminada entende que não merecia prosperar o resultado de sua inabilitação, considerando a justificativa de não atendimento de prorrogação de prazo para apresentar sua documentação e que, embora tenha cumprido a diligência exigida o pregoeiro informou que a recorrente estava inabilitada, conforme requisitos do item 9.11.4 do Edital. Senão vejamos:

II - DA NÃO VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Nobre Julgador, agora em licitações é possível “ensinar” o pregoeiro, exigindo várias oportunidades de correção de claras irregularidades? E quanto ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório? Onde se depreende, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico da licitação, juntamente com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo?

Portanto, não há espaço para equívocos ou deduções, mas sim para o cumprimento das regras do Edital.

Pode-se observar que foram várias ocorrências de erros, incorreções e propostas por parte da empresa WN CONSTRUTORA EIRELI que não atendem as exigências do Edital que é taxativo, nesses itens, quanto à desclassificação.

A problemática reside em que a Recorrente WN CONSTRUTORA EIRELI possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade, considerando todo o prazo concedido pela Comissão para fazer constar os documentos de habilitação obrigatórios.

De fato, visa OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO com claro intuito de corrigir erro que cometeu.

Ocorre que a habilitação do fornecedor WN CONSTRUTORA EIRELI não atendeu aos requisitos para apresentação de atestado de capacidade técnica e, por isso, restou-lhe a inabilitação da proposta por não atender aos itens 9.11.4 e seus subitens do Edital.

Dessa forma, dando pleno atendimento às regras editalícias, em continuidade ao certame, com devida atenção ao item 9.1.4. do Edital, seguiu-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente, após várias diligências na tentativa infrutífera de habilitar a empresa WN CONSTRUTORA EIRELI.

III - DAS RAZÕES DE DIREITO

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993:

“Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão “estritamente vinculada”. Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.”

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o

que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.”

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

IV – DO PEDIDO

Nesse sentido, confiando na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no certame em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso direito líquido e certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação, na fase de habilitação, bem como à luz dos princípios basilares da licitação pública, primando pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consonância com os ditamos da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520, requer a Vossas senhorias seja CONHECIDO e PROVIDO as presentes CONTRARRAZÕES ADMINISTRATIVAS e, diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE, com o conseqüente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação, evitando direcionamento da referida contratação, em total arrepio às normas e princípios da Administração Pública, conforme amplamente fundamentado, resultado no qual confia e pelo qual espera, na certeza da mais lúdima, altaneira e cristalina Justiça!

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Teresina, 18 de NOVEMBRO de 2022.

Francisco Wênio de Sousa Ribeiro
REPRESENTANTE LEGAL

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Prezados, informamos que temos a intenção de recurso referente à inabilitação da empresa MULTIPAR SERVICOS DE CONSTRUCAO, visto que a empresa anexou a documentação completa requerida no edital, na qual constava apenas um erro de digitação na CAT, cometido pelo CREA. Informamos também, que o próprio CREA reconheceu o erro e remitiu a CAT.

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DELTA DO PARNAÍBA

MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 22.561.863/0001-70, com endereço profissional na Rua Tomaz de Arêa Leão, nº 1543, Bairro Ininga, CEP: 64049-630, Telefone (86) 3234-9933, E-mail: teresina@reformasresolve.com.br, neste ato representada por sua sócia administradora ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3837152 SSPPI e CPF nº 062.752.413-30, vem interpor Recurso Administrativo em face da decisão que determinou sua desclassificação do Pregão Eletrônico nº 04/2022 pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

1. PRELIMINARMENTE

A empresa participou do Pregão Eletrônico nº 04/2022, cujo objeto é a registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa pelo CRITÉRIO DE MAIOR DESCONTO sobre Insumos e Serviços para a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, referenciados aos serviços e insumos constantes nos Relatórios de Custos de Composições (Custos Totais Desonerados) e de Preços de Insumos (Preços Medianos) do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI (Piauí) atualizado e vigente, para a Universidade Federal do Delta do Parnaíba UDFPAR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, ficando na segunda colocação.

O impetrante, na data do dia 03/11/2022 foi inabilitada com a justificativa que o atestado de capacidade técnica acompanhado da CAT e ART nº 00019147960475000217 apresentaram informações divergentes para comprovação da capacidade técnica do profissional Engenheiro Eletricista.

Foi realizada diligência para verificar se a situação se tratava de erro material, em que foi solicitado documentação complementar, inclusive, pelo motivo da CAT 2203 citar outra ART, a ART de nº 00019147960475000117.

Logo após a solicitação da documentação complementar, a empresa enviou a ART nº 00019147960475000117, solicitada pelo pregoeiro, e informou que não tínhamos o contrato de engenharia da obra, apenas a carteira de trabalho assinada do Engenheiro Eletricista, a qual também foi enviada.

Ocorre que, houve realmente um erro material na CAT 2203 quando o CREA citou a ART nº 00019147960475000117 ao invés de 00019147960475000217. Erro esse que foi corrigido pelo próprio CREA no dia 07/11/2022.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O erro de designação da licitação neste documento, configura "erro material" (de digitação), ou seja, de pouca importância e que obviamente não compromete a validade da declaração.

"O "erro material" pode ser conceituado como o equívoco ou inexatidão relacionado a aspectos objetivos como um cálculo errado, ausência de palavras, erros de digitação, troca de nome etc.. Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento de um magistrado sobre determinada matéria. (Silvano José Gomes Flumignan. <https://www.conjur.com.br/2015-out-04/silvano-flumignan-quando-posicao-juiz-configura-erro-material>)

É o chamado erro de fácil constatação, perceptível à primeira vista, a olhos nus. Não carece de maior exame para detectar que há um flagrante desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento. Não há necessidade de recorrer a interpretação de conceito, estudo ou exame mais acurado para detectar esse erro; ele é percebido por qualquer pessoa.

É o erro "grosseiro", manifesto, que não deve viciar o documento. Nesse caso repara-se o erro material.

Exemplos de erro material que exigem correção e saneamento: erro aritmético (de cálculo) do valor da proposta (os preços unitários estão corretos, mas a soma ou a multiplicação está incorreta); a decisão do pregoeiro evidentemente incorreta (o licitante foi habilitado, mas na decisão constou "inabilitado"); na decisão constou uma data errada (02/10/2010, quando o correto seria 02/10/11) e por esse fato uma determinada empresa foi prejudicada; a numeração incorreta das folhas dos documentos de habilitação, corrigida pelo pregoeiro na própria sessão; decisão com data ou indicação de fato inexistente; etc.

Em suma, o erro material exige a correção uma vez que retrata a inexatidão material, ou seja, reflete uma situação ou algo que obviamente não ocorreu.

(PEIXOTO, Ariosto Mila. Fonte: <http://www.portaldelicitacao.com.br/mais-artigos/1019-o-erro-formal-e-o-erro-material-no-procedimento-licitatorio.html#sthash.Tt20zpsr.dpuf>)"

3. DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante do pleno interesse em atender plenamente o objeto com a proposta mais vantajosa, REQUER o recebimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, observando o princípio da isonomia, de forma a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, com respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nestes termos,
pede deferimento.

Teresina, 10 de Novembro de 2022.

MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Andreza Oliveira Pereira

Sócia Administradora, Engenheira Civil

Voltar

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SR(A). PREGOEIRO(A) E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DELTA DO PARNÁIBA
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref. Razões de Recurso administrativo do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2022
Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 23855.001083/2022-61
CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.245.525/0001-39, com sede na Rua João Cabral, n.º 2200, Teresina-PI, por seu representante legal in fine assinado, FRANCISCO WÊNIO DE SOUSA RIBEIRO, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da cédula de identidade n.º 2.298.396 SSP-PI e CPF n.º 001.401.363-04, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, apresentar, tempestivamente, CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO perante essa distinta administração face ao Recurso Administrativo interposto por MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA, devidamente qualificada no instrumento juntado ao processo em eígrafe. Senão vejamos os fatos e fundamentos jurídicos aduzidos a seguir:

I - DAS RAZÕES DE RECURSO APRESENTADAS PELA EMPRESA MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA:

A empresa eliminada entende que não merecia prosperar o resultado de sua inabilitação, considerando a justificativa de erro material em sua documentação, cuja solicitação de prazo para juntada de documento (ART) complementar e corretivo considera como "equivoco" de pouca importância e que não compromete a validade do documento e, conseqüentemente, do certame. Senão vejamos:

II - DA NÃO VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Nobre Julgador, agora em licitações é possível "ensinar" o pregoeiro, exigindo várias oportunidades de correção de claras irregularidades? E quanto ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório? Onde se depreende, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico da licitação, juntamente com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo?

Portanto, não há espaço para equívocos ou deduções, mas sim para o cumprimento das regras do Edital.

Pode-se observar que foram várias ocorrências de erros, incorreções e propostas por parte da empresa MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA que não atendem as exigências do Edital que é taxativo, nesses itens, quanto à desclassificação.

A problemática reside em que a Recorrente MULTPAR possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade, considerando todo o prazo concedido pela Comissão para fazer constar os documentos de habilitação obrigatórios.

De fato, visa OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO com claro intuito de corrigir erro que cometeu.

A Empresa MULTPAR SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA apresentou atestado acompanhado da CAT com informações completamente divergentes para comprovação da capacidade técnica do profissional Engenheiro Elétrico.

Em atendimento às regras do Edital, foi realizada diligência (mais de uma vez) para verificar se a situação de divergência se tratava de erro material, ocasião em que foi solicitado documentação complementar, inclusive, pelo motivo da CAT citar outra ART. Ainda assim, a documentação apresentada de forma complementar no anexo do item 01 e também por esclarecimento no chat pelo próprio fornecedor não foram suficientes para legitimar o atestado apresentado para comprovação da capacidade técnica do profissional Engenheiro Elétrico.

E, assim, por divergências não saneadas, concluiu-se corretamente pela inabilitação da proposta da Empresa MULTPAR SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, por não atender ao instrumento convocatório.

III - DAS RAZÕES DE DIREITO

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993:

"Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos."

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de

convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.”

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

IV – DO PEDIDO

Nesse sentido, confiando na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no certame em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso direito líquido e certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação, na fase de habilitação, bem como à luz dos princípios basilares da licitação pública, primando pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consonância com os ditamos da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520, requer a Vossas senhorias seja CONHECIDO e PROVIDO as presentes CONTRARRAZÕES ADMINISTRATIVAS e, diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante GERAWATTS ENGENHARIA EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação, evitando direcionamento da referida contratação, em total arrepio às normas e princípios da Administração Pública, conforme amplamente fundamentado, resultado no qual confia e pelo qual espera, na certeza da mais lúdima, altaneira e cristalina Justiça!

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Teresina, 18 de NOVEMBRO de 2022.

Francisco Wênio de Sousa Ribeiro
REPRESENTANTE LEGAL

Voltar